

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.^a)

☐ **PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Tomámos conhecimento que todas as empresas de distribuição do Grupo SONAE não procederam ao pagamento do valor integral do subsídio de natal (referente ao ano de 2020) aos trabalhadores que tiveram em assistência a filho nos meses de março a maio em virtude do encerramento de escolas, por decisão do Governo no âmbito das medidas de combate à epidemia da Covid 19.

As empresas de distribuição do Grupo SONAE MC decidiram não pagar na íntegra o subsídio de natal, alegando que os dias em assistência a filho não são considerados como dias de trabalho efetivo. Esta decisão é extremamente injusta, porque os trabalhadores estiveram em assistência a filho não por sua opção, mas sim porque as creches, jardins-de-infância, escolas, atividades de tempos livres foram encerrados por decisão governamental.

Estas empresas de distribuição pretendem agora penalizar os trabalhadores, num momento extremamente difícil e complexo no combate à epidemia da Covid 19, na sua esmagadora maioria mulheres trabalhadoras, que tiveram de ficar em assistência a filho, porque não tinham com quem deixar os filhos e sendo crianças com menos de 12 anos, não podiam ficar em casa sozinhos.

É de uma enorme injustiça que estas empresas de distribuição cortem no rendimento que os trabalhadores têm direito, por uma decisão que não é da sua responsabilidade. A decisão de encerramento de equipamentos de infância e escolares é alheia aos trabalhadores, mas os trabalhadores são os penalizados.

Ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que por intermédio do Ministra do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social e da Ministra e do Estado e da Presidência, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Como avalia a situação descrita e o facto de os trabalhadores que estiverem em assistência a filho não terem recebido o valor integral do subsídio de natal?
2. Que medidas vai o Governo tomar para assegurar o cumprimento dos direitos dos

trabalhadores e o pagamento do valor integral do subsídio de natal?

Palácio de São Bento, 28 de fevereiro de 2021

Deputado(a)s

PAULA SANTOS(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)